



Senado pode votar hoje nova taxa para contrato do BNDES

Medida provisória que adota Taxa de Longo Prazo para empréstimos do banco perde validade na quinta. Novas regras para fundos de campanha também estão na pauta

O Plenário pode votar hoje a medida provisória que cria nova taxa de juros para empréstimos do BNDES, a Taxa de Longo Prazo. Se a MP for aprovada, a TLP passa a ser aplicada nos contratos a partir de 1º de janeiro de 2018. Como a medida provisória perde a validade na quinta-feira e está trancando as votações, o Senado marcou para hoje uma sessão

extraordinária, em que o texto pode já ser analisado.

Outra MP que está na pauta do Plenário permite o parcelamento das dívidas de estados e municípios com a Previdência Social. Os senadores ainda podem votar nesta semana a PEC do Simples Municipal e regras novas para fundos de campanha e para propaganda eleitoral. **3**

Congresso deve concluir amanhã nova meta fiscal **3**

Projeto prevê transição para fim do amianto **6**

Comissão analisará posição do Brasil no Mercosul **6**



Os senadores Vicentinho Alves e José Maranhão em comissão especial

Código de Aeronáutica já pode ser analisado por colegiado

A comissão especial que analisa a modernização do Código Brasileiro de Aeronáutica recebeu o relatório do senador José Maranhão e já pode votar o projeto.

O relator fez alterações na

proposta elaborada por especialistas.

O novo código muda regras de infraestrutura do setor, estabelece direitos do consumidor e responsabilidade civil, entre outros pontos. **8**

Debate sobre novo Fies vai reunir estudantes **7**

Sessão celebrará associação de servidores **2**

Papel da Funai no mercado de CO₂ será discutido **7**

Grupo da MP da mineração vai definir agenda **8**

Acordos de leniência pelo BC estão na pauta **7**



Descomplicamos o orçamento público

Acesse www.senado.leg.br/sigabrasil e descubra a mais nova ferramenta do Siga Brasil, o SIGABRASIL Painéis.

Mais simplicidade e agilidade para quem deseja saber dados do orçamento federal.



**SIGA
BRASIL**
Painéis

ARQUIVO **S**



Hino é de duas épocas: melodia vem do Império; letra vem da República

A história pouco conhecida por trás do Hino Nacional

A atual letra do Hino Nacional foi oficializada há 95 anos, mas a história que existe antes disso é pouco conhecida porque a República buscou apagar

todo o passado monárquico da música. No Império, a letra teve duas versões. A melodia que se escuta hoje é a mesma que dom Pedro II escutava. **4 e 5**

Projeto traz ações para recuperar Rio São Francisco

Proposta que objetiva garantir a condição ambiental para a permanência e a sustentabilidade do Rio São Francisco está em pauta amanhã na Comissão de Assuntos Econô-

micos. O texto traz medidas para recuperar áreas degradadas, orientar a população sobre o uso sustentável do rio, combater a pesca predatória e proteger a biodiversidade. **7**



Medidas de revitalização do Rio São Francisco podem ser votadas amanhã na Comissão de Assuntos Econômicos

Alberto Coutinho/Governo da Bahia

Nova taxa de juros para financiamentos do BNDES pode ser votada hoje em Plenário

Medida provisória fixa a Taxa de Longo Prazo para contratos do banco a partir de 1º de janeiro de 2018. Texto perde validade na quinta-feira. Senado também pode votar parcelamento de dívidas de estados e municípios com a Previdência

O PLENÁRIO DO Senado pode votar, em sessão extraordinária hoje, a medida provisória que cria a Taxa de Longo Prazo (TLP) a ser usada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) nos seus empréstimos a partir de 1º de janeiro de 2018. A MP 777/2017 vale até quinta-feira, portanto, deve ser votada durante sessão deliberativa do Plenário marcada hoje, a partir das 14h.

A TLP substituirá a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP). A MP foi aprovada pela Câmara na forma do projeto de lei de conversão do deputado Betinho Gomes (PSDB-PE).

A nova taxa terá como base juros de mercado vinculados a um título do Tesouro Nacional (NTN-B) mais a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Atualmente, a TJLP é calculada trimestralmente com base na meta de inflação futura para os 12 meses seguintes e em um prêmio de risco definido pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

O governo argumenta que a mudança diminuirá o aumento da dívida pública, pois uma das formas de o Tesouro Nacional financiar os empréstimos do BNDES é emitir títulos remunerados pela taxa Selic, maior que a TJLP, e destinar os recursos captados ao banco, que os empresta a uma taxa menor. Atualmente, a diferença subsidiada é de 2,25% (Selic a 9,25% e TJLP a 7%).

Parcelamento de dívidas

A MP 778/2017 também está na pauta do Plenário. A medida concede parcelamento de dívidas previdenciárias de estados e municípios com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). O parcelamento será aplicado a dívidas vencidas até 30 de abril deste ano, mesmo as de parcelamentos anteriores ou inscritas em dívida ativa.

A proposição foi aprovada na Câmara dos Deputados na forma do projeto de lei de conversão do senador Raimundo Lira (PMDB-PB).

Durante votação na Câmara, foi aprovada emenda do deputado Herculano

Passos (PSD-SP) prevendo um encontro de contas entre os municípios e a União quanto a dívidas previdenciárias e pagamentos indevidos que teriam gerado crédito às cidades perante o governo federal. Os valores finais a serem parcelados dependerão do saldo final desse encontro de contas entre os municípios e a Previdência Social.

A emenda cria o Comitê de Revisão da Dívida Previdenciária Municipal, vinculado à Secretaria de Governo do Gabinete da Presidência da República e à Receita Federal e cuja composição será definida em decreto.

Partes dos créditos em relação aos quais houve controvérsias poderão ser objeto de revisão por esse comitê. A diferença apurada ao final dessa revisão deverá ser descontada do parcelamento ou a ele incorporada com atualizações.

Campanhas

O Plenário do Senado também pode apreciar novas regras para fundos de campanha e para propaganda eleitoral. O fundo para eleições proposto pelo senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) deve chegar a R\$ 2 bilhões. Os recursos viriam da compensação fiscal que a União concede para as emissoras comerciais veicularem a propaganda política.

O fundo também receberá o dinheiro de multas e penalidades aplicadas aos partidos com base no Código Eleitoral. O valor será corrigido a cada eleição pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

Pela proposta (PLS 206/2017), o dinheiro será depositado no início de cada mês de junho, em ano eleitoral, pelo Tesouro Nacional em uma conta do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

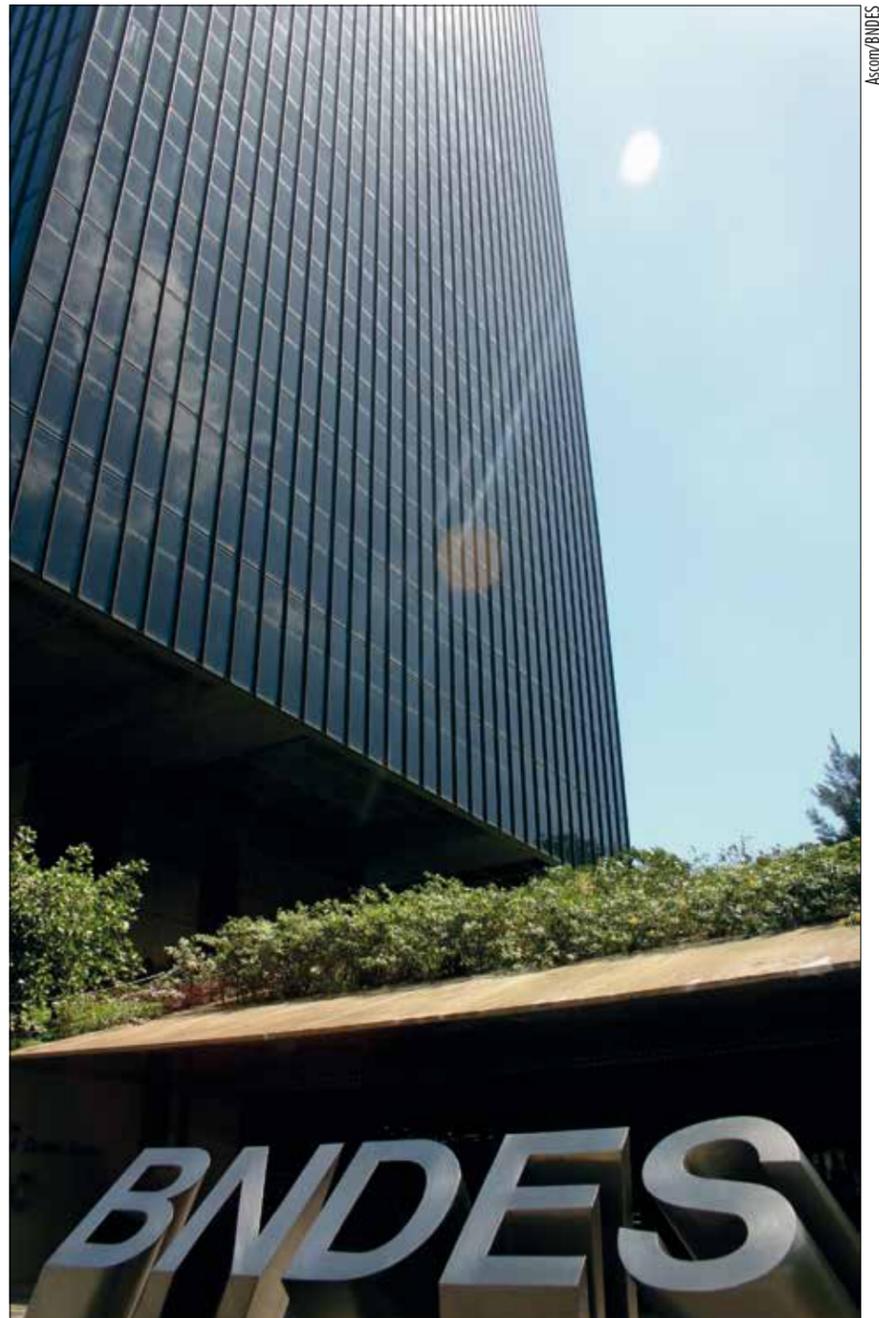
O TSE deve reservar 20% do valor para o segundo turno das eleições. O restante do dinheiro será dividido pelo número de eleitores alistados para votar. Cada eleitor poderá direcionar o valor da sua cota ao partido ou candidato que preferir, por meio de uma plataforma a ser desenvolvida pelo TSE.

Se o eleitor não declarar para qual

quando caiu o quorum da Câmara é da senadora Ângela Portela (PDT-RR).

O texto determina que os recursos mínimos para saúde no orçamento de 2018 sejam equivalentes pelo menos ao que for apurado de acordo com a Emenda Constitucional do Teto de Gastos (EC 95/2016, que limitou por 20 anos os gastos públicos), acrescido da taxa de crescimento populacional estimada pelo IBGE para o próximo ano.

O outro destaque é para uma emen-



Empréstimos de banco podem passar a ser atualizados com base em juros de mercado

candidato ou partido deve ir sua cota, 1% do valor será dividido igualmente entre todos os partidos registrados no TSE.

Outros 14% serão distribuídos igualmente entre os partidos com representação na Câmara. E os 85% restantes, divididos entre os partidos, de acordo com a proporção de deputados na Câmara.

Crédito rural

Também pode ser votado esta semana pelo Plenário projeto que cria um procedimento menos burocrático para a renegociação do crédito rural. O PLS 354/2014, da senadora Ana Amélia (PP-RS), estabelece regras para que agricultores que contraíram empréstimos e estejam inadimplentes possam renegociá-los de forma mais ágil e diretamente com instituições financeiras que integram o Sistema Nacional de Crédito Rural.

A proposta define regras para esses acordos, como o estabelecimento de novos prazos. A conclusão de um

processo de renegociação se dará em até 180 dias, com a possibilidade de prorrogação por igual período, mediante justificativa comprovada.

O projeto determina ainda que, após receber do agricultor o pedido de negociação da dívida, o banco terá até 60 dias para responder. Serão analisadas, entre outros aspectos, a proposta de quitação apresentada pelo credor e sua capacidade de cumprimento do novo acordo.

Simple Municipal

A Proposta de Emenda à Constituição do Simple Municipal pode ser apreciada em segundo turno. A PEC 77/2015 busca garantir um tratamento diferenciado para os pequenos municípios, facilitando o acesso a mais recursos e tornando a prestação de contas mais condizente com a sua realidade — de escassez de estrutura e de mão de obra com a necessária qualificação técnica para lidar com as complexidades que envolvem a celebração de acordos entre municípios, estados e a União.

Eunício espera concluir amanhã votação do projeto que altera a meta fiscal

O Congresso deverá concluir amanhã a votação do projeto que autoriza o governo a encerrar 2017 e 2018 com déficit fiscal de R\$ 159 bilhões. A sessão conjunta foi convocada pelo presidente do Senado, Eunício Oliveira, para as 19h.

O texto-base foi aprovado na madrugada de quinta-feira, mas devido à falta de quorum ficaram pendentes dois destaques.

A emenda que estava em análise

da do deputado Bohn Gass (PT-RS), que destina à educação no orçamento de 2018 o mesmo que foi aplicado em 2017, corrigido pela inflação acumulada no ano e acrescido da taxa de aumento populacional estimada pelo IBGE.

Prazo do Orçamento

O governo tinha pressa em aprovar o PLN 17/2017 porque queria enviar o projeto da Lei Orçamentária Anual

já com a meta revisada de R\$ 159 bilhões. O projeto chegou ao Congresso na quinta-feira com os valores defasados. A meta anterior era de R\$ 139 bilhões para este ano e de R\$ 129 bilhões para 2018.

O governo alega que a revisão da meta é necessária porque as despesas obrigatórias (determinadas pela Constituição ou por lei) estão crescendo, enquanto as receitas do governo estão em queda.

STF decide pelo fim da exploração do amianto e projeto prevê transição

Preocupação com o fim dos empregos no setor levou Paulo Paim a propor prazos para a destinação dos estoques disponíveis do mineral

UMA DECISÃO DO Supremo Tribunal Federal proibiu na quinta-feira a exploração do amianto no Brasil. Usado na fabricação de telhas e caixas d'água, o mineral é relacionado a diversos tipos de câncer. O STF considerou inconstitucional um artigo da Lei 9.055/1995 que disciplina o uso do amianto crisotila, também conhecido como asbesto branco.

Transição

Projeto de lei de Paulo Paim (PT-RS) estabelece prazos para o encerramento das atividades das mineradoras (PLS 30/2017). Paim afirma que, com o julgamento do STF, a aprovação de sua proposta daria mais segurança aos trabalhadores do setor.

— A decisão do Supremo está correta. Mas os milhares de trabalhadores que atuam nessa área precisam ser deslocados para outra atividade. Tem cidades de Goiás e Minas Gerais que dependem disso. O que podemos fazer é uma regra de transição. O projeto dá um tempo para acabar com o amianto.



Remoção de telhas de amianto: a fibra mineral é a matéria-prima de muitos produtos brasileiros de baixo custo

De acordo com o projeto, as mineradoras teriam seis meses para interromper a extração do asbesto branco; um ano para o transporte da jazida até o local de industrialização; dois anos para comercialização pela indústria; três anos para a venda pelos atacadistas; e quatro anos para a comercialização pelos varejistas. O PLS 30/2017 prevê pena de advertência, interdição e multa para quem descumprir a determinação.

O projeto proíbe a extração, a importação, o transporte, o armazenamento e a industrialização do amianto e também veda a importação e a venda dos produtos que utilizem o asbesto branco como matéria-prima. O texto aguarda desde

março a indicação de um relator na Comissão de Serviços de Infraestrutura.

O debate sobre o amianto no Senado se estende há pelo menos 12 anos. Desde 2005, os senadores apresentaram outros três projetos de lei para tentar barrar a exploração.

Bancada goiana

A cidade de Minaçu (a 500 quilômetros de Goiânia) abriga a terceira maior jazida de amianto crisotila do planeta. Fica atrás apenas de áreas exploradas na Rússia e no Canadá. As 300 mil toneladas de asbesto branco extraídas todos os anos respondem por 70% da arrecadação do município.

A bancada de Goiás prefe-

riu não se manifestar sobre o julgamento que proibiu a exploração do amianto. Os senadores Lúcia Vânia (PSB-GO) e Ronaldo Caiado (DEM-GO) informaram por meio de suas assessorias que não comentariam a decisão. Wilder Moraes (PP-GO) destacou a importância do amianto para a economia local.

— O amianto, apesar do que se fala dele, representa muito para a economia do nosso estado de Goiás.

Mais de 40 países já proíbem o uso do mineral. A Organização Internacional do Trabalho estima que a exposição ao amianto provoque a morte de 100 mil pessoas por ano em todo o mundo.

Audiência debate situação do Brasil no Mercosul

A situação do Mercosul será debatida hoje às 18h pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

A audiência será realizada dentro do ciclo de debates O Brasil e a Ordem Internacional: estender pontes ou erguer barreiras?, com o tema "Mercosul, 25 anos depois: para onde caminha a integração sulamericana?"

Temas como a relação do Mercosul com outros blocos comerciais e a posição do Brasil nesse contexto também serão abordados.

Para o debate, estão convidados os professores Alcides Costa Vaz, do Instituto de Relações Internacionais da Uni-

versidade de Brasília (UnB) e Luiz Afonso dos Santos Senna, do Programa de Pós-Graduação em Engenharia

de Produção da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Completa a lista de debatedores o embaixador José Botafogo Gonçalves, vice-presidente emérito do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri).

A audiência atende a requerimento do senador Fernando Collor (PTC-AL), presidente da comissão, e será interativa.



Fernando Collor (2º à esq.) preside a Comissão de Relações Exteriores

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar do debate

DÊ SUA OPINIÃO

Projeto quer proibir veículos a gasolina ou a diesel até 2040

Projeto que proíbe a venda no Brasil de veículos novos movidos a gasolina ou diesel a partir de 2030 e, a partir de 2040, veda a circulação de qualquer automóvel desse tipo aguarda a designação de relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

De autoria do senador Ciro Nogueira (PP-PI), o PLS 304/2017 também será examinado pela Comissão de Meio Ambiente (CMA), à qual caberá a decisão final do Senado.

O projeto quer reduzir a circulação de veículos que utilizem motor a combustão, a não ser que utilizem exclusivamente biocombustíveis como etanol. Ficará permitida também a venda de veículos movidos a eletricidade.

São abertas, no entanto, algumas exceções à regra. Pelo projeto, automóveis de coleção, veículos oficiais e diplomáticos, ou carros de visitantes estrangeiros (mas não de residentes) poderão continuar circulando no país, ainda que usem combustíveis fósseis.

O autor do projeto destaca que veículos em geral, no mundo todo, são responsáveis por um sexto das emissões de dióxido de carbono na atmosfera.

Qual a sua opinião sobre o projeto? Vote em:

<http://bit.ly/PLS91-2017>

Todas as propostas que tramitam no Senado Federal estão abertas à consulta pública por meio do Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania

Comente também na página do Senado no Facebook: facebook.com/senadofederal

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvío Burl
Coordenador de Edição: Mikhail Lopes
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana
Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer, Ricardo Westin, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil
Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves
Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Projeto sobre Rio São Francisco pode avançar

Intenção da proposta é garantir a sustentabilidade do rio, garantindo assim as atividades que dependam da conservação dele. Recuperar áreas degradadas é uma das sugestões

A COMISSÃO DE Assuntos Econômicos (CAE) pode votar amanhã projeto com o objetivo de garantir a condição ambiental para a permanência e a sustentabilidade do Rio São Francisco e, assim, permitir as atividades econômicas que dependem da saúde do rio.

O projeto (PLS 345/2014), do ex-senador Kaká Andrade, propõe um conjunto de medidas para recuperar áreas degradadas, orientar a população sobre o uso sustentável do rio, combater a pesca predatória e proteger a biodiversidade.

A prioridade deverá ser a proteção das nascentes, das matas nas margens do rio e das veredas, como forma de elevar o volume de água e controlar a erosão em toda a bacia. Ações de fiscalização e incentivos à pesca e à formação de cooperativas também constam do projeto.

O texto trata ainda da criação de linhas de crédito destinadas aos pescadores artesanais e às suas cooperativas. Outra medida de incentivo deverá

ser a ampliação da compra do pescado pelos órgãos públicos, para utilização na alimentação escolar.

O relator, Otto Alencar (PSD-BA), apresentou voto favorável, com duas emendas. Se aprovada na CAE, a proposta seguirá para a Comissão de Meio Ambiente (CMA), onde vai tramitar em decisão terminativa.

Seca

Também está na pauta projeto que cria um fundo para o atendimento às situações de emergência e de calamidade decorrentes da seca (PLS 791/2015).

De iniciativa de José Agripino (DEM-RN), o projeto tem voto favorável do relator, Elmano Férrer (PMDB-PI).

O fundo deverá ser criado pelo governo federal e gerido por um conselho deliberativo com apoio técnico e administrativo do órgão que executa a Política Nacional de Defesa Civil. Esse conselho terá também representantes do Senado, da



Rio São Francisco em Ibiai (MG): projeto objetiva recuperar áreas degradadas e proteger a biodiversidade

Câmara dos Deputados, dos estados e dos municípios.

O dinheiro não poderá ser usado para despesas de manutenção administrativa do órgão gestor ou entidade da administração pública, permitida somente a aquisição ou locação de equipamentos e bens necessários ao atendimento das situações de emergência e calamidade.

O projeto tramita em caráter

terminativo e, caso seja aprovado e não haja recurso para votação em Plenário, seguirá para a análise da Câmara dos Deputados.

Outras propostas

Também na reunião de amanhã, a comissão pode analisar o projeto que determina que boletos bancários poderão ser pagos em qualquer agência bancária, mesmo após seu

vencimento (PLS 138/2009), de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE). O relator é Dalírio Beber (PSDB-SC).

Outros projetos em pauta são o que regulamenta o Sistema Financeiro Nacional (PLS 102/2007) e o que determina a informação clara e ostensiva dos juros do cartão de crédito (PLS 422/2015).

A reunião da CAE está marcada para as 10h.

Audiência debate papel da Funai no mercado de CO₂

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) realiza amanhã, às 10h30, audiência para discutir o projeto que prevê autorização prévia da Funai para a negociação de títulos mobiliários no Mercado Brasileiro de Redução de Emissões, relativos a emissões de gases de efeito estufa evitadas, com certificação, em terras indígenas.

De acordo com o autor, o

ex-senador Vital do Rêgo, o objetivo do PLS 95/2012 é proteger direitos indígenas, evitando que se repitam episódios como o ocorrido em setembro de 2011, quando índios munduruku, que vivem no Pará, transferiram ilegalmente potenciais créditos de carbono a uma empresa irlandesa.

Foram convidados para o debate o secretário de Mudan-

ça do Clima do Ministério do Meio Ambiente, Everton Frask Lucero, e o Coordenador-geral do Clima do Ministério da Ciência e Tecnologia, Márcio Rojas, além de representantes do Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas e do Observatório do Clima.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar do debate

Comissão mista que analisa o novo Fies ouvirá estudantes amanhã

A comissão mista que analisa a medida provisória que modifica as regras do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) fará audiência pública amanhã para ouvir os estudantes sobre o assunto. A comissão mista já debateu a MP 785/2017 com professores e demais representantes da área de educação.

A medida determina três modalidades de funcionamento do fundo. O objetivo das novas formas de crédito estudantil é diminuir os riscos dos financiamentos, que passam a ser divididos entre o governo, universidades e bancos, de acordo com cada modalidade.

Para discutir o tema, foram convidadas a presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), Marianna Dias; a presidente da União Brasileira

dos Estudantes Secundaristas (Ubes), Camila Lanes; e Tamara Naiz, presidente da Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG).

Nas audiências anteriores, representantes das instituições de ensino superior, dos trabalhadores em educação e ativistas do setor criticaram o número limitado de vagas do programa para estudantes de baixa renda. De acordo com a MP, inicialmente, serão disponibilizadas 100 mil vagas a juro zero para estudantes com renda mensal familiar per capita de até três salários mínimos.

A audiência está marcada para às 14h30 e terá caráter interativo, com a possibilidade de participação dos cidadãos.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar do debate

Acordos de leniência com BC e CVM estão na pauta

Está marcada para amanhã, a partir das 14h30, a retomada da análise do relatório da senadora Lídice da Mata (PSB-BA) sobre a medida provisória que permite ao Banco Central (BC) e à Comissão de Valores Imobiliários (CVM) celebrarem acordos de leniência com instituições financeiras que praticaram crimes.

O objetivo é dar agilidade e efetividade aos processos administrativos contra pessoas físicas ou jurídicas que atuam no sistema financeiro.

Pela versão atual do texto da MP 784/2017, já com as emendas acatadas por Lídice, a medida regulamenta os poderes punitivos do BC e da CVM em infrações administrativas. As

multas aplicáveis, entre outras mudanças, passam de R\$ 250 mil para R\$ 2 bilhões.

O texto da relatora explicita a liberdade de acesso do Ministério Público aos fatos apurados pelo BC e pela CVM que possuam indícios de crimes, inclusive em casos sob sigilo, nos acordos de leniência e termos de compromisso.

MP que altera status da Secretaria-Geral da Presidência será votada amanhã

A comissão mista da Medida Provisória 782/2017, que promove alterações na organização administrativa do Poder Executivo Federal, vota amanhã o relatório do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

A MP, entre outras mudanças, altera o status da Secretaria-Geral da Presidência da República, que passou a ser considerada ministério.

Desde que foi editada, em 31 de maio, a MP tem dividido opiniões. A medida provisória confere status de ministro a Moreira Franco, chefe da Secretaria-Geral da Presidência, que é investigado na Operação Lava Jato.

O cargo de ministro lhe garante direito ao foro privilegiado.

Outra MP sobre o assunto (MP 768/2017) perdeu a vigência por não

ter sido votada no prazo.

Alegando inconstitucionalidade, três partidos políticos e o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, ingressaram no Supremo Tribunal Federal (STF) com ações diretas contra a MP 782/2017.

Segundo os autores, a medida fere dispositivo constitucional que proíbe a reedição, na mesma sessão legislativa,

de medida provisória que tenha sido rejeitada ou tenha perdido a vigência por vencimento de prazo.

Na quarta-feira, a votação do texto foi adiada pelo presidente da comissão mista que analisa a MP, deputado Laerte Bessa (PR-DF). O relatório de Flexa Ribeiro ainda poderá sofrer alterações.

A reunião tem início às 14h30.

Relatório sobre atualização do Código de Aeronáutica está pronto para análise

Projeto muda regras de infraestrutura, direitos do consumidor, responsabilidade civil. Relator fez alterações em proposta de especialistas

A COMISSÃO ESPECIAL que analisa a modernização do Código Brasileiro de Aeronáutica recebeu o relatório do senador José Maranhão (PMDB-PB).

A proposta está contida no PLS 258/2016. O relator apresentou mudanças que resultaram num substitutivo. O texto, com 240 páginas, trata de assuntos diversos, que vão de infraestrutura a direitos do consumidor e responsabilidade civil.

O relator lembrou que o Código de Aeronáutica atual



Presidente da comissão, Vicentinho (2º à esq.), e Maranhão, relator (3º à esq.)

é de 1986. Portanto, é anterior à Constituição (1988), ao Código de Defesa do Consumi-

dor (1990) e à lei que criou a Agência Nacional de Aviação Civil (2005), o que evidencia

a necessidade de atualização.

A proposta é fruto do trabalho de uma comissão de especialistas formada no Senado em 2015.

Depois de nove meses de atividades, o colegiado entregou um anteprojeto, que foi transformado no projeto em exame. Além dele, o relator analisou outras 22 proposições que tratam de assuntos relacionados.

A comissão especial é presidida pelo senador Vicentinho Alves (PR-TO).

O que prevê o projeto

Balonismo	A soltura de qualquer balão não tripulado, sem dirigibilidade ou controle de deslocamento vertical ou horizontal fica sujeita a critérios e à autorização prévia da autoridade aeronáutica. A inobservância da regra é um atentado à segurança do espaço aéreo, crime cuja previsão está no Código Penal e pena de dois a cinco anos de reclusão.
Consulta pública	A alteração de normas de interesse das empresas, dos trabalhadores e dos usuários de serviços aéreos deve ser objeto de consulta pública, com duração mínima de 45 dias.
Drones	O projeto, a fabricação e a operação de aeronaves não tripuladas deve obedecer à regulamentação específica das autoridades de telecomunicações, de aviação civil e aeronáutica. Os equipamentos com menos de 25 quilos e que voem abaixo de 120 metros devem receber tratamento diferenciado e simplificado das normas que forem expedidas sobre o tema.
Empresas estrangeiras	A autorização para a exploração de serviços de transporte aéreo público somente será dada a empresas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no país.
Capital estrangeiro	A participação do capital estrangeiro nas empresas concessionárias de serviço de transporte aéreo fica mantida nos atuais 20%.
Bagagem	A oferta do bilhete de passagem sempre deverá apresentar opções de preço sem bagagem a despachar. É obrigatório informar as condições tarifárias.
Passageiros especiais	É garantido ao passageiro portador de necessidade especial o tratamento preferencial em todas as fases da execução do serviço de transporte: desde a apresentação no check in até o momento da devolução da bagagem.
Voos desportivos	Voos desportivos e de instrução podem ser realizados em espaço aéreo não controlado, mas cabe à autoridade aeronáutica delimitar as áreas que sejam cabíveis restrição a favor da segurança da aviação civil.
Tarifas de navegação aérea	Isenta de tarifas de navegação as aeronaves desportivas, experimentais ou em voo de experiência, instrução e teste após a manutenção.
Restrição de cancelamento de voos para empresas	A empresa não pode cancelar reservas de voos subsequentes do passageiro que não se apresentou a tempo para o embarque do primeiro trecho.
Cancelamento e atraso	Em caso de cancelamento de voo ou atraso superior a quatro horas, o passageiro tem direito a: 1) Indenização no valor da maior tarifa cobrada pela empresa no trecho em questão. 2) Garantia do direito contratual do transporte previsto, que pode ser usufruído da seguinte forma: - acomodação em outro voo ou endosso do bilhete para outra companhia com serviço equivalente; - reembolso do valor do bilhete. 3) Assistência compatível com o tempo de espera, com alimentação e comunicação. 4) Hospedagem e transporte nas hipóteses de endosso ou acomodação em outro voo cujo embarque previsto ocorra em período superior a seis horas com relação ao horário do voo original.

Comissão de MP da Mineração define plano de trabalho

A comissão mista formada para análise da Medida Provisória 790/2017 reúne-se amanhã para definir o plano de trabalho. A MP atualiza o Código de Mineração (Decreto-lei 227/1967) e complementa as MPs 789 e 791/2017, que tratam do mesmo tema. A comissão é presidida pela deputada Geovania de Sá (PSDB-SC) e

tem como relator o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

O texto da MP 790 amplia o prazo para a realização de pesquisa mineral, que será de dois a quatro anos. Hoje é de um a três anos. O governo alega que essa e outras mudanças visam atualizar o código para reduzir a burocracia e estimular a atividade de exploração mineral.

A pesquisa mineral é a primeira fase da atividade de exploração e tem como objetivo definir a jazida e o seu aproveitamento econômico.

O prazo da pesquisa poderá ser prorrogado sucessivamente, desde que o titular do direito comprove dificuldade de acesso à área ou não obtenção da licença ambiental por

motivo alheio a ele.

A MP 790 determina que o titular poderá continuar os trabalhos, inclusive em campo, após o término da fase de pesquisa para o aproveitamento econômico da mina. Os dados obtidos pós-pesquisa terão que ser comunicados à agência reguladora.

Com Agência Câmara

Incentivo a transporte coletivo ou sem motor pode ser analisado

A Comissão de Infraestrutura pode votar amanhã projeto que obriga o governo federal a investir pelo menos 5% da arrecadação da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) em projetos de infraestrutura urbana de transportes coletivos ou não motorizados. A reunião começa às 9h.

Segundo a Receita, desde a retomada da cobrança da

Cide-Combustíveis, em 2015, a arrecadação chega a cerca de R\$ 500 milhões por mês. A contribuição incide sobre a importação e a comercialização de petróleo e derivados.

O relator do projeto (PLS 11/2013), Valdir Raupp (PMDB-RO), acatou parcialmente uma emenda de Flexa Ribeiro (PSDB-PA) para determinar percentual mínimo a ser aplicado apenas sobre a

parcela da União. Estados e municípios ficam dispensados de cumprir essa cota mínima. A justificativa é de que a União tem retido a totalidade dos recursos da Cide, destinando-a para o superávit primário, sem repassar aos demais entes a parte que lhes cabe.

“O exame da execução orçamentária de 2015 e dos três primeiros meses de 2016 comprova que o governo não

aplicou nem um real sequer nas destinações constitucionais. E mais do que isso, nos três primeiros meses de 2016 também não repassou a estados e municípios a parcela de 29% definida pela Carta Magna”, justifica Flexa.

Para Raupp, a mudança pode aumentar a aplicação de recursos em projetos de infraestrutura de transportes coletivos ou não motorizados.

DE SUA OPINIÃO

Comissão vai analisar desconto para carro de professor

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) vai analisar a Sugestão Legislativa 40/2017, que pede a criação de lei para estabelecer desconto de 30% no preço de automóveis adquiridos por professores.

A sugestão foi apresentada por meio do Portal e-Cidadania e tem como relator o senador Cidinho Santos (PR-MT).

Para a autora da sugestão, a sergipana Valdira Vieira, a medida favorecerá os professores, que, em geral, têm baixos salários e costumam residir longe do local de trabalho. Ela também afirma que o desconto pode ajudar a aquecer a economia.

IPI

Atualmente, a Lei 8.989/1995 isenta da cobrança do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) algumas categorias de automóveis quando forem adquiridos por pessoas com deficiência e por taxistas. Montadoras também têm suas próprias políticas de concessão de descontos.

Sugestões

Qualquer cidadão pode apresentar ideias legislativas no Portal e-Cidadania. Aquelas que alcançarem, em até 120 dias, o apoio de mais 20 mil pessoas são transformadas em sugestões legislativas e enviadas para a análise dos senadores integrantes da CDH.

Depois da análise dessa comissão, a sugestão pode ser transformada em projeto de lei ou ser arquivada.

Não são aceitas as ideias flagrantemente inconstitucionais ou que tratem de questões não relacionadas a temas que o Senado pode votar.

Qual a sua opinião sobre o projeto?

Vote em: <http://bit.ly/PLS91-2017>

■ Todas as propostas que tramitam no Senado Federal estão abertas à consulta pública por meio do portal **e-Cidadania**: senado.leg.br/ecidania

■ Comente também na página do Senado no **Facebook**: facebook.com/senadofederal